

XIII CONGRESO DE AECPA

“La fortaleza de Europa: vallas y puentes/A fortaleza de Europa: valados e pontes”
Universidad de Santiago de Compostela/Universidade de Santiago de Compostela

20 a 22 de septiembre de 2017

Santiago de Compostela - Galicia

Área III. Estudios internacionales y estudios de área

GT 3.18 Nuevos escenarios políticos en América Latina en perspectiva comparada

Análise da confiança nas instituições políticas e nos meios de comunicação na América Latina

Camila de Vasconcelos¹

Rodolfo Silva Marques²

Resumo

As democracias na América Latina têm sido apontadas por possuírem uma cultura política marcada pela desconfiança dos cidadãos com as instituições políticas, principalmente com os partidos políticos. Nesse processo, a mídia se coloca com papel fundamental, pois se constitui em uma das principais agências responsáveis pelo processo de socialização política, influenciando sobre o desenvolvimento dos valores e atitudes relacionados a política. Este trabalho busca, desta forma, avaliar a relação entre a confiança dos cidadãos para com a mídia (Jornais Impressos e emissoras de Rádio e TV) e para com as instituições políticas (Partidos Políticos, Presidente, Congresso Nacional, Governo, Instituição Eleitoral), a fim de esclarecer se a percepção de confiança na mídia está relacionada a percepção que a população possui em relação às próprias instituições políticas.

Palavras-chave: Democracia, confiança, mídia, instituições políticas.

Introdução

Pesquisas de opinião pública, nos últimos anos, já apresentavam indícios de instabilidade política nos regimes democráticos da América Latina. Isso porque os cidadãos apresentam baixa identificação com os partidos políticos, crescente desconfiança com relação as instituições políticas e desinteresse com a participação política (MOISÉS, 2002 e 2010; GONZÁLEZ, 2016). Tal instabilidade é relevante pois é fundamental para funcionamento das democracias a presença de atitudes políticas que permitam o sentido de eficácia dos governos.

¹ Professora de Ciência Política do Instituto Federal de Goiás (IFG). Mestra em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutoranda em Ciência Política pela UFRGS. Bolsista do programa PIQS/IFG. E-mail: camila.vasconcelos@ifg.edu.br

² Professor da Universidade da Amazônia (UNAMA) e da Faculdade de Estudos Avançados do Pará (FEAPA). Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais pela UFPA e Doutorando em Ciência Política pela UFRGS. Servidor Público (Analista Judiciário do TJPA). E-mail: rodolfo.smarques@gmail.com

Desta forma, a confiança na democracia tem sido considerada na ciência política um instrumento eficiente para avaliar o grau de legitimidade das democracias (MORLINO, 2010). A existência de desconfiança está associada a parcelas do público que se posicionam com menosprezo as instituições de representação, inclusive considerando que as democracias podem funcionar sem partidos ou parlamentos (MOISÉS, 2010). Este cenário pode gerar graves consequências para o direito de cidadania, uma vez que sinaliza para a incapacidade das instituições políticas operarem em defesa do cidadão.

Almond e Verba (1965) defendem que é através do processo de socialização política que os valores e as atitudes são desenvolvidas com relação a política. Nesse sentido, a socialização política dos indivíduos adultos é entendida como um processo contínuo e permanente (SIEGEL, 1989), um processo pelo qual ocorre o processo de ressocialização. Este processo ocorre ao longo de toda vida, pela qual novas experiências podem colocar à prova valores e atitudes que foram formados na infância entre os jovens adultos. O papel de socializar politicamente acontece, principalmente, por meio de quatro agências: a família, a escola, a mídia e os grupos de referência. Essas agências favorecem a transmissão de valores, em que os indivíduos são instruídos a respeito da cultura política predominante, construindo suas atitudes com relação aos objetos políticos.

Assim, a mídia se constitui em uma das principais agências responsáveis pelo processo de socialização política, influenciando sobre o desenvolvimento dos valores e atitudes relacionados à política. Neuman (1986) defende que a mídia se torna a única maneira de sustentar um regime político em uma nação-estado complexa. Uma vez que o papel fundamental da mídia à construção de um bloco homogêneo de opinião pública. Isso ocorre porque a mídia possui papel fundamental na construção da percepção que o povo tem de seus governantes, pois informa todos os dias aos cidadãos o que está acontecendo em vários níveis da política, seja na escala federal, ou mesmo nas escalas regional ou local.

Este trabalho busca, desta forma, avaliar a relação entre a confiança dos cidadãos para com a mídia (Jornais Impressos e emissoras de Rádio e TV) e para com as instituições políticas (Partidos Políticos, Estado, Congresso Nacional, Governo, Instituição Eleitoral, Poder Judicial), a fim de esclarecer se a percepção de confiança na mídia interfere na visão que a população possui em relação às próprias instituições políticas. Apresenta-se como hipótese que a confiança dos cidadãos na mídia está relacionada de forma inversamente proporcional à confiança dos mesmos sobre o governo

e sobre os partidos políticos. Para viabilizar a discussão dessa hipótese, utilizam-se os dados de percepção dessas instituições levantados pelo questionário do Latino Barômetro, no ano de 2015, comparando a associação dessas instituições entre os países da América Latina.

Cultura política

Na ciência política, Almond e Verba influenciados por essas concepções apresentam no livro célebre da tradição Culturalista da ciência política, *The Civic Culture* (1963), que variáveis político-culturais e o processo de socialização explicam as estruturas e processos políticos. O trabalho dos autores apresenta um estudo comparado do comportamento dos cidadãos em cinco países. A partir de então os estudos de cultura política se direcionaram para temas de pesquisas relacionados aos padrões de socialização, motivação inconsciente e mecanismos psicológicos (ALMOND e VERBA, 1989).

A cultura política, portanto, consistiria em um conjunto de elementos subjetivos, pelos quais possuem uma configuração particular de padrões de orientações em relação aos objetos políticos, partilhada por seus membros (ALMOND e VERBA, 1989). As orientações com relação ao sistema político, em geral, eram, então, divididas entre tipos básicos, como cognitivas, afetivas e avaliativas (ALMOND e VERBA, 1965). Os autores, consideravam que “os indivíduos realizam um autoavaliação sobre o seu desempenho enquanto atores relevantes” (RIBEIRO, 2011) a fim de considerar sua participação política dentro do sistema político no qual está envolvido.

Baquero e Prá (2007) argumentam que a cultura integra o indivíduo de duas formas: no plano interno, por meio de suas normas e valores, e em sua perspectiva externa, mediante as atitudes e crenças dos cidadãos. Desta forma, os culturalistas argumentam que se torna muito difícil modificar a cultura política de uma sociedade, pois esta opera, primeiro, no plano interno para depois seguir no plano externo. É importante que haja, então, uma conexão da cultura política do lugar com a sua perspectiva institucional, que não seja por imposição de fórmulas políticas, mas pela construção de aparatos políticos provenientes do cidadão.

Nesse caso, Easton (1968) sugere que é preciso o apoio e o reconhecimento da população para que a democracia se consolide. Desta forma se torna fundamental que os cidadãos compreendam e entendam a importância de estar em um regime democrático e

apoiá-lo como sistema político para que este se aperfeiçoe. Surgidas em sua maioria em meio a regimes autoritários, países da Região da América Latina têm sido avaliados pela presença de instituições formais democráticas, contudo a avaliação e a formação de cultura política, apresentam algumas incongruências.

Segundo Moisés (2010) o padrão de congruência não se configura na Região, resultando na falta de confiança das pessoas na política. Ou seja, a pouca participação política dos cidadãos retrata uma baixa-identificação dos mesmos com os mecanismos tradicionais de mobilização política, os partidos políticos, o que favorece a apatia política. Isso ocorre, principalmente, devido a alguns dos elementos constitutivos da identidade nacional (encontrada em toda América Latina), tais como o paternalismo, formalismo, personalismo, lealdade, patrimonialismo caracterizarem uma cultura política com traços de autoritarismo.

Socialização política

Esse trabalho adota o conceito de socialização política, entendido como o processo pelo qual são internalizados nos indivíduos jovens as atitudes, normas, valores e padrões de comportamento da cultura política em que se encontram (ALMOND e VERBA, 1965). Para a efetivação da Socialização Política são necessárias algumas agências que atuem sobre os indivíduos, exercendo um seu papel na formação das atitudes. A família, a escola, as instituições religiosas, grupos de pares, classe social, grupos de interesse, partidos políticos e meios de comunicação são apontados como os principais agentes de influências. O papel destes agentes é igual em qualquer nação, e em diferentes culturas políticas. Contudo, cada cultura política os utiliza da melhor forma para enviar as mensagens necessárias para a perpetuação das crenças, atitudes e valores. Desta forma, identifica-se como socialização primária a família, como socialização secundária a escola, e por fim, a terciária, os meios de comunicação.

Almond et. al. (2008) argumentam que a Socialização Política engloba três pontos. Primeiro, a socialização ocorre de forma direta (escolas, programas de governo, informações políticas difundidas dentro de um grupo de interesse) e indireta (observação do comportamento político de adultos e de outras sociedades). Schmidt (2001) elenca estes meios como foram traduzidas para o português, a socialização manifesta e a latente.

Segundo ponto, a Socialização Política é um processo ao longo de toda a vida, ou seja, é a consequência de experiências constantes que modificam as atitudes políticas,

sendo que os eventos que ocorrem quando o indivíduo é jovem causam maior impacto. Terceiro ponto, os padrões de socialização podem causar divisões ou unificações na cultura política de um país, seja por meio de políticas governamentais que proporcionam coesão cultural, ou pelo pertencimento a grupos que possuem atitudes políticas diferenciadas do todo, funcionando como uma subcultura em meio a outros padrões (ALMOND *et. al.*, 2008).

Pesquisas sobre a formação de atitudes políticas existem desde o início do século XX, na psicologia social. Alport (1935) elencou cerca de 25 definições para esse conceito. Assim, operavam as influências da família e do social na definição das preferências dos indivíduos. Bandura (1977) argumenta, na teoria da aprendizagem social que as crianças adquirem atitudes influenciadas pelas escolhas dos pais, através da observação das outras pessoas. Nesse caso, as pessoas constroem suas atitudes a partir da interação com outras pessoas, a partir dos pais, dos colegas, dos meios de comunicação e, atualmente, dos serviços de internet (BANAJI, HEIPHETZ, 2010). A formação das atitudes nos cidadãos constitui-se na base do processo de socialização política.

Nos anos de 1960 nos Estados Unidos, Almond e Verba (1965) atribuíram a quatro agências o papel de socializar politicamente os jovens da sociedade: a família, a escola, a mídia e os grupos de referência. Por meio do desempenho dessas agências na transmissão de valores, os indivíduos são instruídos a respeito da cultura política predominante, construindo atitudes com relação aos objetos políticos. O processo de socialização política ocorre, principalmente, durante o período da infância e juventude, agregando valores, atitudes e comportamentos, que contribuirão para a formação de cidadãos políticos (ALMOND e VERBA, 1965; SIEGEL, 1989). Isto porque os jovens, desde a tenra idade, passam por um conjunto de experiências e influências que reforçam ou modificam suas atitudes (SCHMIDT, 2001; EASTON e DENNIS, 1969, NIEMI e HEPBURN, 19XX).

Esse processo também é relevante para determinar a estabilidade dos sentimentos de uma sociedade frente as estruturas políticas que estão imersas em um sistema político (EASTON, 1965). Outras definições para este fenômeno, mas que não são anulativas, dizem respeito a formação de aprendizado político, necessário a estabilidade do sistema político (DENNIS, 1971). Assim, as atitudes dos jovens, suas predisposições de envolvimento com a política e o próprio comportamento político dos mesmos trata-se de elementos cruciais à compreensão da cultura política de uma sociedade.

A Mídia no contexto Latinoamericano

A mídia dentro do contexto da América Latina pode ser entendida sob várias vertentes. Ela pode atuar como um fator de freio e contrapeso nos países latino-americanos já que os governos na região agem em movimentos pendulares ora de tendência democrática, ora de tendência autoritária. É importante entender um pouco melhor sobre a real dimensão da mídia já que ela é o complexo sociológico que divulga informações através de suas equipes de jornalistas e de seu núcleo editorial de conteúdo, sendo formada por várias empresas, em sua grande maioria particulares, atreladas a concessões governamentais. Este é o cenário básico de relacionamento, entre governos e iniciativa privada, que se observa na maior parte dos países da América Latina (MIGUEL, 2001).

A mídia – ou se quiserem, o médium – pode ser presencial, com ou sem a intermediação de microfones, alto-falantes, projetores de transparências, etc. Pode ser também representacional, quando falamos de livros, jornais, revistas, magazines, folhetos, folders, fotografias, filmes, novelas gravadas que se reprisam e exportam etc.; e, finalmente, eletrônica, se dispomos de audiência simultânea porém dispersa, que se interliga pela instrumentação tecnológica do rádio, da televisão, da Internet. (BARZOTTO; GHILHARDI; LAGE: 2002, p. 57)

Nesse sentido, é essencial a compreensão de maneira mais clara a respeito do funcionamento geral dos meios de comunicação. Os meios impressos, como jornais, informativos e revistas, têm uma característica mais estática, ou seja, o conteúdo fica registrado para as gerações posteriores terem acesso. Meios impressos são adequados para argumentar e ampliar o escopo da informação, quando for necessário, por seu caráter predominantemente discursivo. Quanto mais específico for a mídia em questão, proporcionalmente maior será a quantidade de informação para persuadir o leitor.

As mídias eletrônicas são as que não permitem a recorrência³, como o rádio e a televisão e que mesclam impressões sensoriais, estabelecendo uma relação mais dinâmica e instantânea com a sociedade. Os dispositivos tecnológicos de gravação de conteúdos e também da recuperação de dados via *Internet*, mudam um pouco esse cenário de recuperação da informação

³ Característica dos meios de comunicação em que o espectador ou ouvinte não pode voltar à mensagem – de qualquer natureza – a partir da máxima “falou, está falado”.

já que vários sites abrigam o conteúdo, indefinidamente, nas plataformas digitais. Os meios eletrônicos, em geral, geram uma repercussão maior na vida das pessoas, exatamente por mesclar imagens e sons, permitindo uma maior interatividade com o público.

Na perspectiva de Robert Dahl (2005), a mídia possui papel indispensável nas poliarquias atuais, pois permite uma real ampliação de caminhos para a contestação dos governos pela sociedade. Neste processo participativo tanto em contextos eleitorais, quanto em momentos de insatisfação com mandatos representativos, acontece uma consolidação as instituições democráticas. Os regimes poliárquicos são fenômenos recentes na história política e representam experiência original no convívio das grandes aglomerações humanas.

Existem as liberdades liberais clássicas que são uma parte da definição de contestação pública e participação: oportunidades de exercer oposição ao governo, formar organizações políticas, manifestar-se sobre questões políticas sem temer represálias governamentais, ler e ouvir opiniões alternativas, votar secretamente em eleições em que candidato de diferentes partidos disputam votos e depois das quais os candidatos derrotados entregam pacificamente os cargos ocupados aos vencedores, etc. (DAHL: 2005, 41).

Se os veículos de comunicação, em especial os jornais, podem tender a distorcer a informação com alguma frequência, é importante destacar que os governos têm de ter maturidade para enfrentar críticas e saber enfrentar o debate democrático. De outro lado, a mídia também precisa se monitorar para não virar, necessariamente, uma mídia “governista”. Para Dahl (2005), o maior número de informações disponíveis ao cidadão tende a incentivar o senso crítico e ampliar a contestação em relação a ações governamentais que possam trazer algum tipo de prejuízo.

Outro aspecto que surge na discussão entre os grupos de mídia e governos latino-americanos é a questão da regulamentação das comunicações. Por ora, os modelos de governança com ação dos Estados sobre a regulação da mídia convertem-se nos meios mais promissores para a democratização da informação, até que as sociedades adquiram maturidade política e elas mesmas tenham condições de, sob sua cultura política, modificar a sua relação com a informação produzida pelos grupos de mídia. Mecanismos de regulação da mídia, sob diferentes modelos de governança, estão presentes em alguns países do mundo, como Inglaterra, França, Venezuela e, mais recentemente, Argentina e Brasil. Uma das definições fundamentais a se pensar é se a regulação da mídia implica, necessariamente, e a partir de um determinado modelo de governança, o controle social dos meios de comunicação.

Quando se aborda o argumento do controle social dos meios de comunicação, trata-se de um dos principais pontos de estrangulamento da prática democrática, sendo, pois, uma questão essencial a ser discutida pelos que desejam o aprimoramento das instituições democráticas. A partir desse processo, compreende-se que os veículos de comunicação podem não ter interesse em estar na "agenda pública" e se submeteriam a quaisquer tipos de regulamentação. Qualquer tentativa de fixação deste tipo de compromisso é apresentada como um atentado à liberdade de expressão, que passa a ser confundida com o arbítrio dos proprietários das empresas. Na verdade, trata-se de uma medida que visa à concretização de tal liberdade, o acesso mais democrático à informação (MIGUEL, 2001). Em países como o Brasil, por exemplo, alguns pontos são levantados nessa discussão a respeito da regulação da mídia, como a proibição à constituição de oligopólios e monopólios, a necessidade da regionalização da programação e o estabelecimento de regras para a veiculação de propagandas, questões que estão previstas na Constituição Federal de 1988 e que não foram ainda regulamentadas pelo Congresso Nacional.

Um conceito que deriva desse entendimento da regulação da mídia nos países latino-americanos é o da propriedade cruzada. Nos meios de comunicação social, pode se entender como propriedade cruzada a concentração por parte de um grupo empresarial, familiar ou não, da propriedade de mais um tipo de veículo de comunicação, como uma emissora de TV, um jornal impresso, uma emissora de rádio, um portal na Internet; entre outros. Historicamente, percebeu-se a concentração do controle dos meios de comunicação nos países da América Latina, em especial nas mídias eletrônicas (rádio e televisão). A concentração dessas mídias com poucos proprietários é negada pelo segmento empresarial e ignorada pelos responsáveis pela regulação. O conteúdo veiculado também passa por um processo de homogeneização, com pouca pluralidade (LIMA, 2012). No Brasil, existiria um modelo tradicional de barganha política, consolidado no período da ditadura militar (1964-1985). A influência dos "coronéis eletrônicos" se dava de duas maneiras: de forma direta, através do controle do acesso ao debate público, e, de forma indireta, no impedimento de possíveis concorrentes em um processo eleitoral de participarem de tais debates públicos (LIMA, 2007).

Nos conflitos entre mídias e governos na América Latina, é possível citar, além do caso brasileiro, cenários bem relevantes como os vistos na Venezuela e na Argentina. Na Venezuela, os conflitos se acentuaram ainda no tempo do governo de Hugo Chávez, principalmente a partir de sua vitória na eleição presidencial de 1998. É possível estabelecer que a morte de Chávez e a crise internacional levaram a já complicada situação da Venezuela a outro nível. Os grupos mais conservadores venezuelanos passaram a trabalhar novas estratégias para derrubar o "governo bolivariano", com um *modus operandi* similar ao ocorrido no Paraguai, em 2012 e no Brasil, em 2016: caminhos

legislativos e jurídicos para derrubada do regime. A crise econômica internacional, no início da década, com a queda do valor dos barris de petróleo, passando de 125 dólares para cerca de 50 dólares em 2017, trouxe um cenário ruim para a Venezuela, quarta maior produtora de petróleo no planeta e extremamente dependente dessa atividade econômica. A oposição obteve maioria no Parlamento em 2015 e o cenário venezuelano, fomentado pela mídia, vem se tornando cada vez mais marcado pela ingovernabilidade.

Javier Corrales e Manuel Hidalgo (2013) chamam de "legalismo autocrático" o governo venezuelano, ao recordar que, em junho de 2010, houve um processo de "limitação" da disseminação pública das "informações", com a criação, via decreto presidencial, do Centro para Estudos Situacionais da Nação. Hugo Chávez também sugeriu a condenação da organização *Human Rights Watch* por chamar a nova instituição de "gabinete de censura". O "assédio" contra a grande mídia continuou, por exemplo, com a não-renovação da concessão da principal emissora do país, e que fazia oposição ao governo, a RCTV. A crise vem se avolumando com o atual presidente, Nicolás Maduro. Organizações como a *Freedom House* identificam a Venezuela como um país "parcialmente livre" para "não livre" em seu relatório de 2010 sobre liberdade de mídia.

Na Argentina, o processo de regulação da mídia por parte dos governos chegou a um estágio bem avançado, com as intervenções do Governo da Presidente Cristina Kirchner junto ao grupo *El Clarín*, na Argentina, e com a *Ley de Medios*, a partir de 2009. A *Ley de Medios* iniciou um processo de quebra de oligopólios na mídia argentina, fortalecendo os embates entre Cristina Kirchner e o *Grupo Clarín*. No entanto, logo depois de assumir o mandato em dezembro de 2015, o presidente argentino Mauricio Macri fez várias alterações no que se refere à regulação da comunicação no país. Macri nomeou, logo no início de seu governo, um interventor para a Autoridade Federal de Serviços de Comunicação Audiovisual (AFSCA), que tem o papel de fiscalizar a aplicação das leis de comunicação, rompendo mandatos que iriam até 2017. O governo Macri também acabou com o programa "*Fútbol para todos*", em que a emissora pública transmitia todos os jogos do campeonato argentino de futebol. As relações mais amistosas com o Grupo Clarín e com os demais grupos de comunicação foram restabelecidas de maneira gradual no governo de Macri.

Na América do Sul, até o momento, não há ainda sequer maior discussão sobre a implantação de comitês de regulação da imprensa escrita, como já acontece na Inglaterra, por exemplo. Há a necessidade de se pensar o estabelecimento de limites à propriedade dos meios de comunicação de massa. A propriedade cruzada e a concentração das mídias

em poucas empresas de telecomunicações e radiodifusão estabelecem uma relação assimétrica entre os próprios grupos de comunicação, enfraquecendo o pluralismo democrático e a qualidade da informação que chega a cidadão.

Análise dos dados

A fim de avaliar o quanto os cidadãos latino-americanos têm sido influenciados pelos meios de comunicação, no que diz respeito a avaliação que estes fazem das instituições políticas tradicionais da democracia, este artigo propõe uma abordagem quantitativa, em que serão analisadas as percepções com relação as instituições. Para isso foram avaliados os dados coletados pelo Latinobarômetro da América Latina⁴ no ano de 2015, em que são consideradas a percepção e o apoio dos residentes na América latina com relação à política e à democracia.

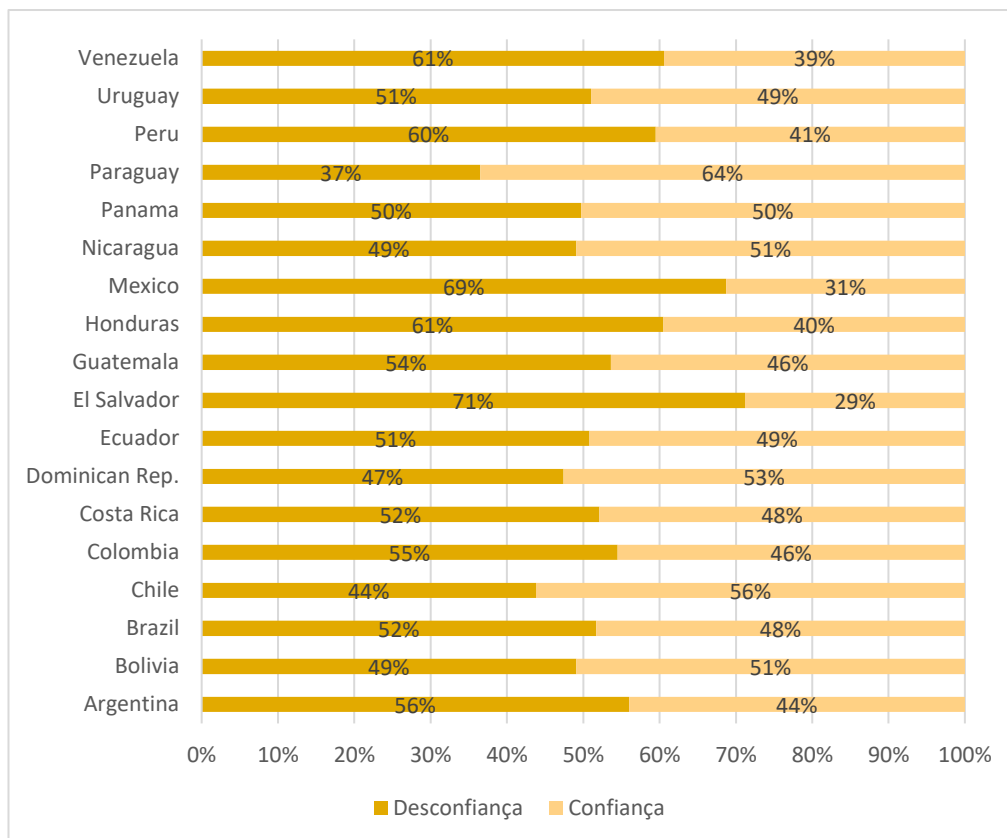
A análise aqui proposta realizou-se em três etapas. A primeira etapa possibilitou que se criasse um índice de confiança dos cidadãos com relação a mídia. Para isso utilizou-se da técnica de análise fatorial, que permite avaliar as proximidades entre variáveis, pois buscava-se identificar as variáveis correlacionadas a confiança na mídia. Após verificar a comunidade dos fatores, por meio da rotação dos componentes principais, foram incluídos no índice as variáveis de confiança nos jornais, televisão e rádio. Esta técnica⁵ é preferível, uma vez que é possível transformar os dados sem descartar informação alguma, na medida em que se encontram as combinações lineares das variáveis (FIELD, 2009).

O Índice de Confiança nos Meios de Comunicação, para o ano de 2015, elaborado varia entre 0 e 1, em que quanto mais próximo de 0 maior a ausência de confiança e de 1 maior a confiança. Contudo, no Gráfico 1 apresenta-se o índice de forma agregada, pois desta forma é possível analisar de forma comparativa os países da América latina.

Gráfico 1 – Índice Agregado de Confiança nos Meios de comunicação por países da América Latina

⁴ O latinobarômetro é uma organização não governamental que apresenta dados referentes a opinião pública da América Latina

⁵ Para mais informações sobre a técnica de Análise Fatorial e Rotação dos componentes principais, ver Field (2009).



Fonte: elaboração própria com base nos dados do latinobarômetro (2015), considerando o Índice elaborado para medir a Confiança nos meios de Comunicação.

A média no Índice de Confiança nos Meios de Comunicação considerando todos os países é de 0,46. O índice agregado apresentado no Gráfico 1 considera duas categorias, de Desconfiança nos meios de comunicação (entre 0 e 0,5) e de Confiança nos meios de comunicação (0,5 e 1). Optou-se por esta categorização pois é possível realizar uma análise comparativa do índice, a partir da Análise da Variação da Média Total.

Os países que se destacam nessa análise, são os que apresentaram um alto índice de Desconfiança nos Meios de Comunicação, El Salvador (71%), México (69%), Venezuela e Honduras (61%) e Peru (60%). Destes, Venezuela e Honduras são países que na década de 2010 apresentaram crises políticas que colocaram em cheque o desempenho de suas democracias. De acordo com os critérios da Freedom House (2017), a Venezuela não é considerada um país livre, enquanto Honduras é considerada parcialmente livre. Com relação ao México, a instituição também o classifica como parcialmente livre, já o Peru, é considerado Livre. Os critérios de análise da Freedom House não foram suficientes para explicar o caso de El Salvador, pois este é considerado completamente Livre, enquanto que na análise aqui realizada este país apresenta os maiores índices de desconfiança na mídia da região.

Considerando que é preciso aprofundar tais resultados, propõe-se como segunda etapa a elaboração de um modelo, onde será verificada a influência das variáveis Confiança nos Partidos Políticos, no Estado, no Congresso Nacional, no Governo, na Instituição Eleitoral e no Poder Judiciário, para cada um dos países na região. Para isso verificou-se a correlação entre o Índice de Confiança nos Meios de Comunicação com a confiança dos cidadãos latino americanos em instituições democráticas, por meio da técnica de regressão Linear. A Fórmula utilizada foi:

$$Y_{ap} = \alpha + X_{pp} + X_g + X_{cn} + X_e + X_{ie} + X_{pj} + e$$

Onde,

Y_{icmc} = Índice de Confiança nos Meios de Comunicação

α = Constante

X_{pp} = Confiança nos Partidos Políticos

X_g = Confiança no Governo

X_{cn} = Confiança no Congresso Nacional

X_e = Confiança no Estado

X_{ie} = Confiança nas Instituições eleitorais

X_{pj} = Confiança no Poder Judiciário

e = Erro

Com relação ao poder explicativo do modelo, o R Square (R^2), o modelo tem capacidade explicativa de 23,4% sobre relação entre a confiança nos meios e comunicação e as variáveis selecionadas para medir as atitudes políticas de confiança das instituições democráticas. Nesse sentido, para calcular de forma preditiva a atitude política dos cidadãos em todos os países geral, a fórmula encontrada foi a seguinte:

$$Y_{icmc} = ,282 + X(,049) + X(,021) + X(,120) + X(,040) + X(,093) + X(,197) + e$$

Considerando, por fim a terceira etapa das análises, o índice de confiança nos meios de comunicação foi rodado para cada país:

Quadro 1: Análise da influência da confiança nos meios de comunicação sobre instituições democráticas por países

	R ²	α	Xpp	Xg	Xcn	Xe	Xie	Xpj	e
Argentina	,118	,357	,017	-,205	,267	-,053	,055	,194	,230
Bolívia	,236	,304	,015	,127	,112	,025	,055	,160	,194
Brasil	,262	,269	,005	,081	,119	,082	,152	,160	,205
Chile	,286	,299	-,104	,189	,160	,028	,154	,084	,188
Colômbia	,273	,265	,161	,048	,162	,026	,117	,104	,206
Costa Rica	,288	,276	,028	,101	,042	,004	,180	,138	,213
Republica Dominicana	,398	,201	-,012	,131	,142	,088	,136	,195	,241
Equador	,325	,256	,144	-,057	,062	,034	,038	,364	,213
El Salvador	,282	,204	,140	-,122	,189	,052	,068	,299	,231
Guatemala	,356	,264	,067	,004	,218	,062	,104	,170	,209
Honduras	,279	,252	,106	-,012	,128	,114	,139	,193	,246
México	,351	,169	,106	,050	,215	,032	,147	,127	,202
Nicarágua	,293	,294	,013	,042	,159	,122	,020	,167	,225
Panamá	,335	,243	,086	,105	,091	,086	,101	,166	,204
Paraguai	,175	,374	,009	,049	,093	,052	,073	,216	,227
Peru	,277	,239	,038	,049	,117	-,004	,167	,247	,195
Uruguai	,138	,294	-,033	-,084	,080	,095	,042	,246	,229
Venezuela	,109	,344	,111	-,129	,075	-,046	,015	,266	,237

Fonte: Elaboração própria.

As análises presentes no quadro acima destacam que o modelo é pouco explicativo na maioria dos países da América Latina. A República Dominicana, entretanto, constitui-se no único país que o modelo apresenta uma relação considerada robusta (R^2 acima de ,40). Destaca-se, portanto, que é preciso incorporar outras variáveis no modelo a fim de ampliar o seu poder explicativo.

Entretanto, ainda assim é possível destacar características importantes da correlação da confiança com os meios de comunicação e da confiança com as instituições democráticas. Uma vez que as atitudes políticas são formadas pelo mesmo processo de socialização política, no qual são formadas as percepções quanto aos meios de comunicação, é possível considerar correlações importantes. Isso porque a existência dessas correlações entre a confiança nos meios de comunicação e algumas outras

instituições específicas para cada país, pode indicar os processos característicos desse país na qual foram constituídas tais atitudes. Inclusive que podem indicar por qual processo é possível realizar as mudanças instituições necessárias nos governos da região.

Assim, percebe-se uma relação constante da confiança no poder judiciário no modelo explicativo para a confiança nos meios de comunicação. Principalmente pois a maioria dos países analisados (entre eles o Brasil) apresentaram como fator mais forte a confiança no poder judiciário, e em todos os casos uma correlação positiva.

Os países que fugiram deste padrão foram México, Guatemala, Colômbia e Argentina, estes apresentaram como fator mais forte a confiança no Congresso Nacional. Marcando uma correlação entre a confiança nos meios de comunicação com a transitoriedade dos congressistas. Já no Chile, a confiança nos meios de comunicação está atrelada a confiança no governo. O que é possível destacar a força de um passado ditatorial no desenvolvimento das atitudes de confiança democrática correlacionado a confiança nos meios de comunicação.

A Costa Rica, contudo, apresenta uma correlação surpreendente e muito significativa no modelo com relação a Instituição Eleitoral. Considerada por muitos pesquisadores a democracia mais antiga e a mais estável da região, Fredon House (2017) confirma que este é o país mais democrático da Região. Entretanto, Consuelo Cruz (2005) afirma que a democracia na Costa Rica está longe de ser a mais forte na região, principalmente por que sua legitimidade está ancorada em princípios substantivos, mas também da consolidação dos procedimentos eleitorais.

Portanto, a avaliação da formação das atitudes democráticas permite verificar a existência de correlação entre a formação de atitudes de democráticas de confiança com relação a instituições, em conjunto com valores de confiança nos meios de comunicação.

Conclusões

Os resultados não são suficientes para apontar que a mídia influencia fortemente na confiança dos cidadãos sobre as instituições políticas democráticas. Contudo, algumas questões puderam ser levantadas a respeito das diferenças entre os países da região, principalmente por haver um atrelamento entre a confiança nas instituições consideradas mais fortes no modelo proposto e a confiança na mídia. Portanto, indica-se que os resultados sejam futuramente explorados em suas peculiaridades, avaliando cada país e

identificando outros fatores que venham a contribuir para compreensão da estabilidade das democracias na região, considerando o aumento dos fatores sociais sobre o modelo.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Maria Saete; DIAS, Rodrigo. (2012). Dimensões teóricas e práticas da qualidade da democracia. *Revista Debates*, Porto Alegre, v. 6, n. 3, pp. 79–96.

ÁVILA, Carlos Federico (2017). Los límites de la participación política en Brasil: la calidad de la democracia en perspectiva. IN: LUCCA, Juan Bautista et all (Org.). *Desafíos democráticos latino-americanos en perspectiva comparada*. Rosário: Editora Universidad Nacional de Rosario.

BARZOTTO, Valdir Heitor; GUILHARDI, Maria Inês; LAGE, Nilson (orgs.). *Nas telas da mídia*. Campinas: Alínea, 2002.

BAQUERO, Marcelo. (2012). Avaliando o potencial de fatores culturais na construção da democracia na América Latina: uma comparação entre 2005 e 2010. *Revista Debates (UFRGS)*, Vol. 6, pp. 9-34.

CORRALES, Javier e HIDALGO, Manuel. El régimen híbrido de Hugo Chávez en transición (2009-2013). *Desafíos*, Bogotá (Colômbia), semestre I de 2013. Disponível no sitio www.scielo.org.co/scielo. Acesso em: 15.09.2015, p. 45-84.

DAHL, Robert. ([1956] 1989). *Um prefácio à teoria democrática*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

_____, Robert. (1971). *Polyarchy: participation and opposition*. New Haven, Yale University Press.

DIAMOND, Larry; MORLINO, Leonardo (2004). Quality of democracy. An overview. *Journal of Democracy*, v. 15, n. 4, pp. 23-31.

FIELD, Andy. *Descobrimo a estatística usando o SPSS*. Porto Alegre: Artmed, 2009

HUNTINGTON, Samuel. *A Terceira Onda: democratização no final do século XX*. São Paulo: Ed. Ática, 1994.

IAZZETTA, Osvaldo. (2013). Democracia, Calidad de la democracia y Democratización. *Revista Debates*, Porto Alegre, v. 7, n. 1, pp. 139–150.

LAUTH, Hans-Joachim (2013). Critérios básicos para a democracia: é a responsividade parte de seu círculo íntimo? *Revista Debates*, Porto Alegre, v. 7, n. 1, pp. 115–138.

LIMA, Venício A de. *Mídia: crise política e poder no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

LIMA, Venício A de. *Política de comunicações: um balanço dos governos Lula [2003-2010]*. São Paulo: Publisher Brasil, 2012.

LIMA, Venício A de. *Regulação das comunicações: História, poder e direitos*. São Paulo: Paulus, 2011.

LIMA, Venício A. de. *Mídia: Teoria e Política*. 2.ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

MIGUEL, Luis Felipe. Construir a pluralidade, in Manual de mídia e direitos humanos. São Paulo: Consórcio Universitário pelos Direitos Humanos e Fundação Friedrich Ebert, 2001.

MOISÉS, José Álvaro e MENEGUELLO, Rachel. (2013). A Desconfiança política e os seus impactos na qualidade da democracia. São Paulo: Editora Unesp.

MOISÉS, José A. (org.) (2010) Democracia e confiança. São Paulo: Edusp.

MORLINO, Leonardo. (2010). Legitimacy and the quality of democracy. *International Social Science Journal*, v. 60, n. 196, pp. 211-222.

_____, Leonardo (2007). Explicar la calidad democrática: ¿Qué tan relevantes son las tradiciones autoritarias? *Revista de Ciencia Política*, v. 27, n. 2, pp. 03–22.

_____, Leonardo (2003). What is a ‘good’ democracy? Theory and the case of Italy. *South European Society & Politics*, v. 8, n. 33, pp. 01-32.

O’DONNELL, Guillermo. (2013). Democracia, Desenvolvimento Humano e Direitos Humanos. *Revista Debates*, Porto Alegre, v. 7, n. 1, pp. 15–114.

SCHMITTER, Philippe. (2004). The Quality of Democracy: The Ambiguous Virtues of Accountability, *Journal of Democracy*, v. 15, n. 49, 47–60.

TILLY, Charles. (2007). *Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press.